
003ª SESSÃO ORDINÁRIA 08FEV2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da PS Empresa Júnior, que tratará de assunto relativo à situação dos empreendedores e pequenas empresas em Porto Alegre. O Sr. Rodrigo Steffanello Lisbôa, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. RODRIGO STEFFANELLO LISBÔA: Boa tarde a todos, Exmo. Sr. Presidente desta Câmara; Sr. Vereador Felipe Camozzato e demais Vereadores de Porto Alegre, é com imensa honra e responsabilidade que venho representar a PS Júnior, empresa júnior do Curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pela qual também represento o movimento Empresa Júnior Gaúcho para, através deste espaço, falar sobre o empreendedorismo e o fomento a novos negócios na Cidade.

Como empresário júnior, universitário e consultor de empreendedores, micro e pequenos empresários, trago à Casa a visão de quem busca conciliar as responsabilidades acadêmicas e o conhecimento técnico, repassado em sala de aula, ao conhecimento tácito desenvolvido através dos projetos de consultoria prestados pela instituição a qual venho representando. A partir deste desenvolvimento e crescimento, como profissional, balizado pelos problemas dos clientes atendidos nos programas de melhoria e planos de ação de implementação propostos nos nossos projetos, como empresários juniores, percebemos diariamente, ao longo desse nosso processo de formação, as dificuldades e entraves vividos pelo empreendedor porto-alegrense.

Antes de falar sobre as condições, exigências e situações pelas quais o empreendedor passa aqui na capital gaúcha, acho fundamental reforçar a importância dessa figura na sociedade e o alto potencial de impacto que possui em mãos. Enfrentamos uma das maiores crises econômicas da nossa história, e, como percebemos, ao longo do tempo, a

melhor maneira para contornarmos a crise e alavancarmos ainda mais a qualidade de vida da população é através de novos empregos, novas soluções, gerando riqueza e movimentando a economia. A partir desta realidade surge a figura do empreendedor, como cidadão que arrisca, que sonha e que trabalha, promovendo assim o desenvolvimento do seu negócio e o crescimento de seus sócios, funcionários, parceiros e fornecedores.

Um dado levantado pela Endeavor é de que cerca de apenas 1% dos novos negócios possuem crescimento acelerado hoje no Brasil. E esses apenas 1% de negócios de alto crescimento são responsáveis por metade da geração de empregos no país. Esse fato explicita a importância de incentivarmos novos e melhores negócios, mais empregos e a criação de novas soluções, porque, se apenas 1% dos negócios no Brasil possuem potencial para geração de 50% dos empregos, peço que imaginemos o impacto que teríamos com mais negócios com tamanha capacidade de entrega de resultados.

Trago também um estudo realizado pela USP, no início do ano passado, com base nos resultados entregues pela empresa Júnior da Universidade (FEA Júnior USP) referentes a um projeto para uma confeitaria na grande São Paulo. O projeto constituiu-se em auxiliar um pequeno empreendedor a reduzir custos e otimizar processos, e, segundo o estudo, se o mesmo projeto pudesse ter sido realizado em escala nacional somente para os microempreendedores do setor alimentício, com base nos resultados atingidos pela empresa consultada, os impactos na economia do País seriam: geração de 1.560 mil novos empregos; queda de 14% no desemprego nacional e mudança na perspectiva de crescimento do PIB de menos 3,88% para 1,22%. Ou seja, a partir de ações simples de controle de gastos e otimização de processos nos micro e pequenos negócios, oriundos da atitude empreendedora, poderíamos reverter drasticamente o cenário econômico, não só regional como nacional. Dessa forma, evidencio a importância de se estimular o empreendedorismo, o micro e o pequeno empresariado, suas iniciativas em cultivar a busca por conhecimento e investimentos técnicos, em consultorias e em maquinários desses empregadores como saída mais eficiente e rápida para a atual crise. É através do empreendedorismo e dessa busca por novas soluções que chegamos ao verdadeiro potencial de transformação de nossa sociedade e conseqüentemente da nossa economia.

Com relação à cidade de Porto Alegre, acredito que seja fundamental salientarmos também alguns dados. No ano passado, foi inaugurada a Sala do Empreendedor que visa a facilitar a abertura de novas empresas no Município e reduzir o tempo para que esses novos

negócios sejam formalizados e iniciados. A Sala do Empreendedor já reduziu para aproximadamente 83 dias a abertura de uma nova empresa na Cidade, período que até o ano passado era superior a 210 dias, ou seja, uma redução de mais de quatro meses no processo. Através do desenvolvimento do projeto Simplificar tem-se como meta para a nossa Capital a redução desse tempo para cinco dias úteis. Hoje contamos com iniciativas aqui na Cidade como a Rede Global de Empreendedorismo, a Zona de Inovação Sustentável que visa a transformar o Rio Grande do Sul no lugar mais sustentável e inovador da América Latina até 2030. Instituições como a WOW Aceleradora, Incubadoras Hestia e Raiar, entre tantas outras iniciativas, estimulam o desenvolvimento de *startups* em novas tecnologias na Cidade.

Seguindo ainda com o olhar apreciativo para a situação atual da nossa Cidade, percebemos que, segundo o estudo Cidades Empreendedoras, realizado também pela Endeavor, Porto Alegre é a sétima cidade mais empreendedora do País. Entretanto, ao analisarmos os indicadores que compõe o índice, percebemos uma gigantesca diferença entre dois itens: enquanto nossa Capital é a segunda melhor *rankeada* em Disponibilidade de Capital para investimentos a partir de aspectos como proporção relativa de investimentos em *Venture Capital* e *Private Equity*, ficamos apenas na 27ª colocação no quesito ambiente regulatório, o qual considera o tempo para abertura de empresas e regularização de imóveis, congestionamentos em tribunais, alíquotas do ISS, IPTU, entre outros fatores.

Se, em meio a tantas oportunidades, reforçadas por uma grande rede para *networking* e um ambiente que vêm buscando facilitar a inovação e abertura de novos negócios, questiono-vos por que ainda 80% dos novos lojistas fecharão os seus negócios nos próximos 12 meses? Assim como esse dado, tantos outros já conhecidos e divulgados pelo Sebrae podem ser citados, como por exemplo, 90% dos negócios não passam do seu quarto ano de existência no Brasil; 70% dos empreendedores fecham as portas em até 24 meses. Ainda, segundo o Sebrae, de todos esses negócios que fecham as portas precocemente, 31% das vezes, a principal causa são impostos elevados, custos e despesas com juros, outros 50% se dividem em problemas financeiros e de gestão ou logística. Acredito que esses números e a nossa 27ª colocação em ambiente regulatório evidenciam o quanto ainda temos a crescer. A mim, particularmente, incomoda saber que um dos principais agentes econômicos da nossa sociedade passa por tantas dificuldades e

desafios, corra tantos riscos e ainda assim não tenha nenhuma garantia de sucesso e conte com apoio escasso para tal.

Ao analisarmos toda essa conjuntura a qual venho comentando, percebemos que não basta apenas estimular uma rede de empreendedores na Cidade, facilitar a abertura de novas empresas, passos importantes que já começamos a dar, mas que ainda enxergamos grande potencial à frente. É preciso auxiliar e estimular esses novos empreendedores para que seus negócios, de fato, tenham sucesso. Além disso, que cresçam consistentemente e que reinvestam cada vez mais recursos nos mercados dos quais participam. E, para que isso seja possível, reforço as responsabilidades que devemos assumir. Como aluno e estudante me comprometo a fomentar a busca por conhecimento e a capacitação técnica de novos empreendedores; como consultor, a trabalhar para gerar impactos significativos nos negócios dos meus clientes e, como cidadão, através da Tribuna Popular, solicito vossa atenção ao tema e dedicação para que a participação do setor público deixe de ser entrave ao desenvolvimento de novos negócios e continue se aprimorando para que passe a potencializar e fomentar novas e melhores iniciativas.

Gostaria de finalizar, portanto, agradecendo a oportunidade e o espaço concedidos pela Casa, desejo um ótimo trabalho a todos os Vereadores e reforço a principal mensagem que me propus a comunicar nesta tarde: que valorizemos mais a figura do empreendedor, que estimulemos, cada vez mais, a inovação e a proposição de novas soluções, a geração de emprego, a renda e que trabalhemos por uma Porto Alegre que auxilie o empreendedor, que conecte pessoas e que possibilite um aprendizado constante. Como empresário júnior e universitário, peço que seja dada mais atenção à formação de mais empreendedores comprometidos e capazes de gerar as mudanças e transformações que deslumbramos em nossas instituições e sociedade. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Sr. Rodrigo Steffanello Lisbôa a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ouvi atentamente a manifestação do Rodrigo Steffanello Lisbôa aqui da tribuna. Eu sou autor de

um livro que hoje se adota em algumas universidades do País cujo título é “Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas”. Eu sou professor de finanças empresariais, além de outras matérias, como contabilidade pública, etc. No estudo que fiz, eu andei pelo Brasil inteiro, fiz pesquisa em 15 Estados. Esse livro é decorrência da minha publicação de mestrado pela Fundação Getúlio Vargas. Tens razão quando dizes que, neste País, em dois ou três anos, no máximo, a esmagadora maioria dos micros e pequenos negócios vão à falência. Apenas 3% das empresas que nasceram no Brasil duram mais de 30 anos. Nós temos uma catástrofe nacional, porque é exatamente a micro e pequena empresa que emprega a grande massa do trabalhador brasileiro, mais de 52%. Quando chega uma grande empresa no Brasil, meu caro Rodrigo, todos fazem uma festa – eu não sou contra a chegada, muito pelo contrário –, são benesses de tudo quanto é jeito, isenções. O micro e o pequeno empresário nascem e no outro dia estão devendo o imposto simples, muito embora o prejuízo seja grande, mas para a grande empresa tem anos de carência, infraestrutura e assim por diante. Em 2015, pelo estudo que fiz, nasceram no Brasil mais de 700 mil micro e pequenas empresas, e, naquele ano, morreram 560 mil micro e pequenas empresas. Ora, se o estudo indica que a micro e pequena empresa empregam, em média, três empregados mais o seu titular, nós teríamos 2 milhões de emprego por ano se os governos de todos os partidos – Federal, Estadual e Municipal – olhassem com um pouco mais de atenção, com melhor cuidado, com mais incentivos ao micro e pequeno empresário que nasce; em cinco, seis anos, empregariamos os 12 milhões de desempregados. Quando eu tive uma microempresa – produzia cogumelos –, me incomodei tanto que fechei. O que aconteceu? Quando o Governo Lula concedeu um empréstimo a 8% ao ano, de juros, para multinacional exportadora, naquele mesmo dia fui ao Banco do Brasil para pedir empréstimo para a minha microempresa. Oito por cento ao ano de juro à multinacional exportadora e 3,5% o juro da minha microempresa. Não tem cabimento! Esse tema me atrai, o qual estudei por quase dez anos para escrever a minha obra. Tenho a certeza de que temos aí um parceiro, e teria muito a falar aqui. Quando as empreiteiras faliram o Brasil, eles estavam pensando como elas iriam conseguir continuar licitando. Se a tua pequena empresa fica devendo três meses, eles te tacam no Cadin e tu caís fora do processo de licitação. Está correto... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Presidente, obrigado pelo espaço; obrigado, Rodrigo, pela excelente manifestação. Aproveitando esse ensejo na discussão sobre empreendedorismo, sobre burocracia e dificuldades, gostaria de convidar todos os colegas para participarem do debate, assim que aprovarmos a colocação da frente parlamentar pelo empreendedorismo e desburocratização, e convidá-los a nos auxiliar nesse processo; que a gente possa conversar com a sociedade civil, com as instituições e demais organizações, para ver como a gente pode facilitar o dia a dia na Cidade, o dia a dia para o empreendedor, e favorecermos um ambiente de negócios na cidade de Porto Alegre. Alguns Vereadores já se manifestaram a respeito; eu fiz a minha fala na segunda-feira e alguns Vereadores trouxeram informações muito relevantes – destaco o Cecchim, o Ver. Adeli Sell, o Nedel – e outros Vereadores se manifestaram falando comigo nos corredores. Então convido todos, inclusive os que eventualmente tenham esquecido – peço desculpas –, para fazerem parte dessa frente parlamentar que, no final das contas, quer trazer Porto Alegre para uma das melhores posições no *ranking* brasileiro de cidades amigáveis do empreendedorismo, esse *ranking* que é produzido pela Endeavor; a gente tem também o *ranking* mundial do In.business, que também coloca o Brasil como um dos países mais difíceis para o empreendedorismo. Então queremos mudar esse cenário e melhorar a prestação de serviços para o cidadão de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Prezado Presidente, Dr. Rodrigo Steffanello, eu o cumprimento por estar aqui e mostrar a sua preocupação com o empreendedorismo. O Ver. Felipe Camozzato também está propondo uma frente parlamentar sobre esse assunto, e eu estou aqui com a notícia do Secretário Ricardo, que está festejando o mutirão que foi feito nesta última semana – queria cumprimentá-lo por isso –, mas dizer também que sobre o que nós

estamos tentando fazer agora, Ver. Felipe Camozzato, nesta discussão, já há dez anos nós estamos fazendo em Porto Alegre o alvará na hora. O que a Endeavor fez aqui em Porto Alegre foi um retrocesso! Nós temos que cobrar da Endeavor o retrocesso e a mentira que aplicaram aqui, que se demorava 380 dias para fazer... Não, não é verdade! A Junta Comercial demorava três dias, a Secretaria da Fazenda do Município um dia, e o alvará era na hora. Então não sei onde se baseiam. Eles apresentam essas estatísticas mentirosas e invenções que não sei de onde tiraram, para vender a Sala do Empreendedor. A Sala do Empreendedor, como está, acaba atraindo para o péssimo serviço o Sebrae, a Junta Comercial e todos os que estão metidos nisso! Foi um atraso violento. Não dá para ouvir a Endeavor sozinha; quando a critiquei, vieram todos aqui ao meu gabinete e prometeram melhorar. Eu disse que se melhorassem teriam meu apoio; pois pioraram: o prazo era de 20 para fazer o alvará na hora; agora é de 40 dias. Então, o que temos que fazer é cuidar desses milagreiros que vêm de fora; não é bem assim, apresentam estatísticas mentirosas e fazem o atraso aqui para serem ouvidos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Presidente. Saúdo o Rodrigo e faço uma saudação especial ao Ver. Camozzato por fazer essa proposição. Quero dizer que o Ver. Cecchim foi generoso. A Endeavor é muito pior de como ele a pintou aqui; muito pior! É um caso a ser analisado, pois essa instituição, que vem de fora, disse que iria resolver nossos problemas e complicou a nossa vida. O Ver. Cecchim não falou, tem uma plataforma... Na nossa época as pessoas iam até a SMIC e eram atendidas na hora; às vezes tinha fila, mas eram atendidas na hora. Agora, você tem que entrar no *site*, marcar hora e, se estiver marcado para as 15h e se você chegar às 14h30min e não tiver ninguém, não vão te atender, pois o sistema só funciona de meia em meia hora – é o negócio mais imbecil, mais sacana que já foi feito aqui em Porto Alegre; portanto, nós queremos defender os verdadeiros empreendedores, mas a burocracia está matando. E tem mais: não é um problema só da SMIC; primeiro: ninguém fala, mas o Corpo de Bombeiros não analisa os pedidos de PPCI,

as pessoas estão perdendo o Simples Nacional porque não sai o PPCI; portanto não sai o alvará.

Segundo: não sei quem inventou, mas o Epahc é o principal responsável – tem bloqueios em vários lugares porque tem que passar pelo Epahc para ver se a obra é patrimonial, listada, tombada ou seja lá o que for. Isso é outra picaretagem – esse é o nome. Isso é uma afronta à legislação, passam por cima da lei. Não está escrito em nenhum lugar que tem que ter bloqueio do Epahc. Eu, inclusive, vou formalizar, na semana que vem, Presidente, um pedido de comissão externa, e gostaria que Vossa Excelência fosse o nosso guia, que fôssemos juntos um dia no Epahc para colocar isso a limpo, porque senão ficam o Cecchim e eu como tendo má vontade com o Epahc. Nós não temos má vontade, nem com o Epahc, nem com a Endeavor, mas que eles estão estragando a cidade de Porto Alegre, isso estão. Eu estou na frente parlamentar com o Camozzato.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Rodrigo Steffanello Lisbôa está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO STEFFANELLO LISBÔA: Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade, o contato com a Casa. E também quero deixar uma mensagem externa de quem tem um contato diferente do que os Vereadores têm com o meio empreendedor, a partir dos nossos diferentes cargos e papéis na sociedade. Acredito que devemos, sim, nos preocupar com os empecilhos, com os entraves que são gerados através da burocracia, mas também gostaria de ver uma discussão muito mais voltada para os próximos passos, para as primeiras ações para que se melhore não somente a diminuição da burocracia, mas também os resultados dos futuros empreendedores de Porto Alegre, desatrelando um pouco a discussão apenas das instituições que se envolvem com os mesmo. Então, novamente, agradeço a Casa e coloco a PS Júnior e também a mim mesmo abertos para conversas com os senhores posteriormente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Rodrigo Steffanello Lisbôa, Presidente da PS Empresa Júnior. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h44min) Estão reabertos os trabalhos.

(O Ver. Prof. Alex Fraga assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Prof. Alex Fraga na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias; agradeço ao meu Líder, Ver. Paulo Brum, pela cedência de espaço. Venho a esta tribuna para repercutir o projeto que aprovamos na última segunda-feira, que trata do fracionamento do tempo de cobrança nos estacionamentos particulares em Porto Alegre em 15 minutos. Primeiro, quanto às repercussões na imprensa, quero dizer que a lei aprovada na segunda veio a substituir a Lei nº 8.359, de 14 de outubro de 1999, que fracionava o tempo em 30 minutos. Uma lei que foi aprovada nesta Casa, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, que, se foi questionada judicialmente, não logrou êxito, porque a Lei está vigente, e, por isso inclusive os estacionamentos fracionam em 30 minutos. Quero dizer para as senhoras e para os senhores que a minha formação é de administrador, portanto não tenho formação na área econômica, mas, do que sei, a formação do preço vem do somatório do custo, do custo variável mais o lucro. Isso é preço do ponto de vista da teoria econômica. E todas as manifestações do sindicato que congrega os estabelecimentos de estacionamentos e garagens foram no sentido de dizer que nós estávamos interferindo na livre iniciativa porque estávamos determinando preço, e não é verdade! Nós não determinamos o preço, não está no nosso projeto de lei aprovado nenhuma cifra que determine que a iniciativa privada tenha que cobrar tanto pelo serviço que presta. O que nós estabelecemos aqui é que dentro de um princípio da justiça, que se pague o que se leva para consumo. Isso é o

mesmo que chamarmos um serviço de táxi, ou das plataformas de transporte individual de passageiros, e quisermos andar cinco quilômetros e a plataforma, ou táxi, cobrar, no mínimo, dez. Nós estaríamos pagando por cinco quilômetros que não andamos. Ou qualquer outra área de serviço; na hotelaria, um hotel onde a gente queira se hospedar por um dia, e digam “Não, você só pode se hospedar por três dias”, e aí você paga três diárias e fica um dia. Isso é ilegal. Diz o Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 39, inc. X: “Proíbe a conduta de elevar sem justa causa o preço dos produtos ou serviços.” Por que digo isso? Porque também disse o representante dos sindicatos, de forma até ameaçadora como eu entendo, que, se a lei vier a vigor, vão cobrar o mesmo preço que cobram hoje para 30 minutos pelos 15 minutos. Vai ser uma ilegalidade, porque, na composição de preço – custo fixo, custo variável e lucro – eles vão estar mexendo no lucro. Elevar o preço apenas para ter lucro, sem justa causa, é ilegal pelo Código de Defesa do Consumidor. Então me causou de certa forma espanto, porque reportagens que alguns veículos de comunicação fizeram mostraram que municípios do interior, mesmo sem lei, em Caixas, já acontece fracionamento. Parece até que é uma forma inteligente de prestar o serviço: cobrar exatamente aquilo que é usufruído pelo cliente. Isso se fosse consumo de produtos seria a mesma coisa que uma empresa qualquer ser contratada para fazer um determinado serviço, por exemplo, uma cerca de 20 metros, e cobrar 40 metros: “Não, eu só faço se forem 40 metros”. E aí você executa 20 metros e é obrigado a pagar 40 metros.

Nós buscamos também amparo para o descumprimento, se acontecer. E chamo atenção disso, porque a lei precisa ser sancionada, e isso é forma de pressão! O que estão tentando fazer é uma forma de pressão no Prefeito. Ainda bem que todas as manifestações foram favoráveis à justiça que se está fazendo em relação a garantir o pagamento daquilo que é consumido. Se vai interferir no preço, esta, como eu disse na segunda-feira, é uma lei que não podemos alterar, que é a lei da oferta e da procura. Agora se for de forma abusiva, podemos, sim, entrar em campo pelo Código de Defesa do Consumidor e também pela lei da defesa da livre concorrência, Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que diz, no seu art. 36 inc. III, coloca como infração a ordem econômica pela qual os agentes econômicos respondem, independente de culpa, os atos que tenham por objetivo aumentar arbitrariamente os lucros. E é isso que vai acontecer se a nossa lei for sancionada, passar a vigor, e os estacionamentos e garagens passarem a cobrar por 15 minutos aquilo que cobravam por 30 minutos. Será o aumento arbitrário dos lucros, o que é vedado na Lei de

Defesa da Concorrência e no Código de Defesa do Consumidor. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Prof. Alex Fraga): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde aos novos Vereadores e demais presentes. Quero cumprimentar o Ver. Prof. Alex Fraga, que assumiu, há pouco, a presidência dos trabalhos, pois o assunto que falarei é sobre educação e esporte, que é bem dentro da área dele. Educação e esporte são as bandeiras em que acredito.

Ontem à tarde, os Vereadores Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Matheus Ayres, Alvoní Medina, demos início nesta Casa Legislativa à reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que é de uma importância imensa para este País. É no que eu acredito. No começo do meu segundo mandato como Presidente da CECE pretendo, junto com os colegas, dar continuidade ao trabalho que vínhamos desempenhando, com visitas às escolas, aos centros esportivos e culturais da Cidade, com fiscalização e acompanhamento das praças, parques, quadras esportivas, recebendo as comunidades aqui também.

Vejam a importância da educação e esporte. Nós, jovens adultos, podemos alugar uma quadra num sábado ou domingo, mas as crianças não têm essa possibilidade. E elas são o nosso futuro! Essas crianças têm que ter uma educação de qualidade, um esporte, para que possam ter sonhos com um futuro melhor. Um cidadão bem formado, equilibrado! Por que falo isso? Eu lembro muito da minha infância, aos sete aninhos, pois tudo que aprendi foi dentro da educação e do esporte – companheirismo, educação, respeito. Tudo isso aí eu aprendi dentro do esporte! O esporte me trouxe aqui como cidadão. A educação me trouxe aqui como cidadão. A gente está vendo nos jornais que o Espírito Santo, vizinha da minha terra natal, Minas Gerais, está naquele caos. Aquelas crianças, aqueles jovens estão dispersos, não têm uma visão de futuro. Não têm! E vejo isso em Porto Alegre também, com muita tristeza. É claro que o mundo anda, mas nós não podemos exterminar todos os campinhos de várzea e deixar as escolas como estão, porque depois não adianta lamentar. É como o mosquito da dengue: ele trouxe a dengue, a chicungunha, agora há a febre

amarela. “Ah, mas aqui em Porto Alegre não tem, não vamos nos prevenir”. Aí, quando chega, chega a rodo, aí não teremos vacinas, o que será uma loucura. Assim é o esporte também, assim são as escolas também, e a vida do ser humano. Eu luto por essa bandeira. Como Presidente da CECE vou lutar muito para que as nossas crianças, os nossos adolescentes e os nossos jovens tenham um futuro com uma visão melhor, para que eles possam se formar grandes cidadãos neste País, pessoas equilibradas, porque isso tudo vai beneficiar o País, os idosos, os adultos, os pais, os tios, os avôs, todos nós, porque família nenhuma quer ver seu filho jogado num presídio. Então, vamos lutar pela educação e pelo esporte. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queria abordar um tema, ao qual já temos a assinatura de 12 Vereadores, que trata a respeito de uma consulta popular ou plebiscito para a privatização de uma estatal ou autarquia em Porto Alegre. Pois é público o que o Prefeito disse em campanha, e agora também, que, se a Carris, por exemplo, não der lucro, ela poderá entrar num processo de privatização, e o projeto de lei ora apresentando, que está tramitando, exige do Poder Público Municipal, do Executivo, que se faça um plebiscito ou uma consulta popular. Eu creio que o Prefeito vá olhar isso com bons olhos, porque, nos jornais de hoje, ele lançou a ideia de que é importante consultar a população no caso do valor da passagem, que é um assunto que hoje preocupa a maioria dos cidadãos e cidadãs. Preocupa não só os cidadãos, mas também a empresa que fornece o vale-transporte ao cidadão, porque mais de 60% dos cidadãos que usam o transporte coletivo o fazem por intermédio do vale-transporte; em

torno de 13% não usa, são gratuidades que são concedidas por diversas leis aprovadas nesta Casa; e o restante de cidadãos utiliza recurso próprio, do seu bolso, em dinheiro.

Creio que, na medida em que essa experiência possa dar certo – essa que o nosso Prefeito acaba de lançar hoje –, temos certeza absoluta de que assuntos como esse – privatizar a Carris, o DMAE, o DEP, o DEMHAB – é lamentável nós imaginarmos que exista um poder tão grande, como tem o Governador Sartori hoje, de querer privatizar o Banrisul. Aliás, havia isso. Agora tem uma lei estadual que impede, a não ser que seja feito um plebiscito em nível estadual.

Creio que é uma decisão muito acertada, na medida em que a Câmara possa debater esse assunto. Porque vejam o que custou, ao longo da história, da trajetória dessas empresas para poderem se transformar em entidades de viabilidade social e econômica. Digo social porque há inúmeras gratuidades para as pessoas idosas, para as pessoas com deficiência ou a meia passagem para estudantes. Não tem como nós imaginarmos que o poder possa estar concertado numa pessoa, num gestor, sem consultar a Câmara de Vereadores. É por isso, Ver.^a Sofia Cavedon, que este debate é muito pertinente, como acontece hoje com o Mercado Público, por exemplo. Nós percebemos que o Mercado Público, hoje, tem uma receita mensal de R\$ 320 mil. Será que esse dinheiro não é suficiente para manter aquele espaço da forma como ele está e não tentar vender esses espaços para poder fazer com que os comerciantes que poderão ali se instalar possam agregar esse aluguel maior para o produto? Isso iria inviabilizar os negócios? (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, tentar inviabilizar os mercados que estão ali e que não estão só pelo local adequado, aprazível para o cidadão ir, mas mais do que isso, é um ponto turístico da Cidade, é um ponto que se consolidou, e todos nós temos que preservar esses instrumentos públicos que, por sua vez, tem, sim, a participação do público, mas que possam fazer parcerias com a iniciativa privada. Então, uma coisa é vender o patrimônio público, outra coisa é fazer uma Parceria Público-Privada. Então eu acredito que este projeto de lei terá uma boa discussão aqui na Casa e eu espero ter no mínimo os votos de um terço dos Vereadores para que seja aprovado. É claro que nós já tivemos exemplos importantes aqui na Cidade, e quem foi Vereador há um bom tempo sabe. Nós tivemos aqui a história do Pontal do Estaleiro. A empresa que comprou aquela área queria aumentar o índice construtivo, e para isso teve que passar o projeto na Câmara. O nobre Prefeito da época aceitou a ideia

da consulta popular. Não passou. Não passou, porque a população não concordou que esses arranha-céus entrassem na beira do Guaíba, como acontece nas praias do Rio Grande do Sul. Então é uma bela iniciativa, eu espero o apoio dos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Uma boa-tarde ao Presidente desta Câmara e aos colegas Vereadores e Vereadoras que aqui se encontram. Gostaria de dizer que nessa minha primeira Comunicação, empossada na Câmara de Vereadores, me sinto extremamente lisonjeada de fazer parte dessa egrégia Casa Legislativa. Gostaria de dizer que nesses 28 anos antes de ser Vereadora, trabalhei na Brigada Militar, com muito orgulho, portanto não esquecendo da minha origem. Estava em uma carreira ascendente de Tenente-Coronel, provavelmente neste ano sairia Coronel da Brigada Militar, sendo a primeira mulher neste posto aqui no Estado do Rio Grande do Sul, assim como fiz sendo a primeira mulher a comandar um Batalhão de Polícia Militar no nosso Estado, desbravando territórios antes apenas masculinos. E as mulheres mostraram, sim, a sua capacidade de aqui estar. Quando fui convidada a concorrer, surpreendi-me com o convite, mas entendi a importância, a relevância de ter - nesta Casa, no local onde são estudadas as leis do nosso Município, onde temos como grande objetivo fiscalizar o que está acontecendo no Executivo – de abrir mão desta minha carreira na Brigada Militar e poder auxiliar aqui, em Porto Alegre, todos os porto-alegrenses que tanto merecem o nosso carinho, o nosso respeito e o nosso trabalho. Abrir mão dessa minha carreira, para fazer aqui uma estréia, mostrando que, sim, nesses bancos, onde os colegas se encontram, é importante ter alguém que trabalhe na segurança pública, fale com legitimidade e que tenha, principalmente, trajetória na prática do que acontece, quando um cidadão, um pai de família precisa da Segurança, desde o momento de sair da sua casa de manhã, de fechar a sua casa, e ter a tranquilidade de, quando retornar, saber que aquela casa vai estar intacta. A importância de saber aqui, no Legislativo, quão importante é a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal, a EPTC e todas as outras agências de segurança, que garantem

aos porto-alegrenses a tranquilidade de saber que seu filho foi para a aula e vai voltar intacto, são e salvo.

Sabedora disso, é por isso que estou aqui agradecendo a todos aqueles eleitores que votaram em mim, agradecendo a oportunidade de estar aqui, fazendo, neste momento, um trabalho diferenciado, com conhecimento técnico onde a gente possa, realmente, ajudar Porto Alegre a ser mais humana, mais segura, e que nós tenhamos paz. Lembrando, agora, o que todos estamos vendo, o caos que se encontra no Espírito Santo, e não queremos nunca que isso chegue na nossa Porto Alegre, é que encaminhamos, Sr. Presidente, um requerimento de criação de uma frente parlamentar para tratar dos assuntos de Segurança Pública dentro do nosso Município, para que a gente possa fazer debates que tenham encaminhamentos palpáveis, encaminhamentos que tenham, realmente, força para acontecer, e não coisas apenas que vão sair daqui, ou conversas apenas que saiam daqui e que não possam ser efetivadas lá no final. Então, trago aqui toda a experiência da Brigada Militar, todo esse meu trabalho... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero dizer que esta Frente Parlamentar da Segurança Pública tem como maior objetivo fazer audiências públicas, trazer a comunidade aqui com as suas necessidades, e fazer com que esta Casa seja um instrumento, a ferramenta que possa levar às agências de segurança o que é necessário realmente se fazer na questão da segurança pública para Porto Alegre. Por isso concito e peço aos colegas Vereadores que aprovem este Requerimento para que possamos, sim, fazer debates com muita propriedade em prol dos porto-alegrenses. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no dia 07 de fevereiro de 2017, pelo falecimento de sua avó paterna. Meus sentimentos ao Ver. Felipe Camozzato.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Boa tarde, Sr. Presidente Cassio Trogildo; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos visitam e público da TVCâmara. Em frente

ao Colégio Júlio de Castilhos, nós conseguimos, há uns meses, quando estava na SMIC ainda, instalar uma feira de orgânicos que tem uma coisa delicada e muito interessante: antes de terminar a feira tem uma barraquinha que vende livros usados que são bastante baratos. Eu, que já tinha ouvido falar de Daisaku Ikeda, um budista, um japonês, me interessou ver a conversa que ele teve com Arnold Toynbee, esse mais conhecido para nós, que é o homem da história, o homem que fez grandes livros na história, historiador científico. Eles se encontraram, o Ikeda e o Toynbee, para conversar sobre situações que estavam acontecendo naquela época, entre 1971 e 1976. E me deixou pasmo sobre o assunto que eles debateram: problemas urbanos de mobilidade, unicidade da natureza e do homem, a volta ao campo, eliminação da poluição ambiental – isso em 1971 –, transplante de órgãos – pasmem, claro que já tinha acontecido o primeiro transplante de Christiaan Barnard, na África –, assistência ao velho. O Ver. Alvoní e eu, registramos aqui, na nossa Casa, o pedido para formarmos um grupo, uma comissão mista para atendermos os idosos, porque ele vai tomar mais conta disso, e nós vamos trabalhar juntos. Isso era discutido, Ver. Alvoní, em 1971 por Toynbee e Ikeda. Depois, a liberdade de imprensa, Ver. Oliboni. É certa a pena de morte ou não é certa a pena de morte? Suicídio e eutanásia: devemos facilitar o suicídio como a eutanásia? Então, eu tive a perplexidade de ver que esses assuntos são discutidos agora. São moderníssimos esses assuntos, moderníssimos, que fazem nos levar à impressão de que o futuro é aqui, é hoje. O futuro é hoje; que de tudo isso eles faziam prognósticos para o futuro. Mas o futuro é hoje, que é isso tudo que está acontecendo agora. Eu deixo o nome: Arnold Toynbee e Daisaku Ikeda - Escolha a Vida. Não costumo fazer isso, foi hoje, eu achei muito interessante que eles compartilharam.

O que eu queria falar mesmo é que nós temos dois hospitais, o Hospital Fêmeina e o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que não atendem cirurgia, a não ser de urgência, não atendem cirurgias eletivas, marcadas na sexta-feira à tarde; no sábado, o dia inteiro e no domingo, o dia inteiro. Não atendem, só atendem urgência. E outro hospital que está fechado é o Hospital Parque Belém. Nós vamos ter que discutir muito esse assunto, pois é um crime contra a saúde dos povos. Nós temos que resolver o problema do Parque Belém.

Eu fui conversar com o Diretor do Hospital Fêmeina, o Dr. Trindade, inteligente, uma pessoa clara, um jovem, clarividente, e ele observou que os hospitais Moinhos de Vento, Mãe de

Deus e Divina Providência, para fazer caixa, para rodar o dinheiro, recebem cirurgias a semana inteira, inclusive no sábado e domingo, e à noite – eletivas, não de urgência –, e nós reclamando por um leito para operar uma variz, para resolver problema de ortopedia. Achei interessante e quero saudar a Dra. Denise Maria, uma das diretoras do Fêmima, juntamente com o Dr. Trindade, porque já abriram o funcionamento, na sexta e no sábado, e estão operando bastante gente pelo SUS na área de ginecologia. Isso se resolveu com uma conversa simples, porque a estrutura toda já existia, só trabalharam as horas.

Então, quanta coisa dá para a gente fazer para a melhoria da saúde. Agora que eu já passei pela Habitação, depois pela SMIC, vou voltar a me dedicar – vou chamar o Oliboni e o nosso querido ginecologista da Zona Sul, o Thiago Duarte, para fazermos juntos – a esse trabalho na saúde.

Muito obrigado e até o próximo anúncio, que espero que seja tão bom quanto esse do Fêmima estar operando todas as sextas e sábados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aproveitar esta quarta-feira calma aqui no plenário, Presidente, muito calma, Ver. Adeli, para falar sobre um assunto que está sendo discutido nacionalmente: a indicação do Ministro da Justiça, o Moraes, para o Supremo Tribunal Federal. Eu queria colocar um vídeo, gostaria que os colegas escutassem, para fazer uma comparação, só isso. Não quero criar polêmica, é apenas uma comparação.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado. É só para fazer uma comparação. Seis meses depois desse discurso, ele foi nomeado Ministro do Supremo. E eu não vou contestá-lo, ele é um jurista, não vou! Eu não acredito que se chegar na mesa dele a tal ordem de prisão para o ex-Presidente Lula que ele vá fazer, ou pelo menos ele se licencia e deixa o outro Ministro fazer. Eu quis colocar esse vídeo para fazer uma comparação com esses que estão

criticando historicamente a indicação do Presidente Temer do Ministro da Justiça, que se licenciou ontem inclusive do partido dele, que não é o meu. Então não estou fazendo nenhuma defesa partidária. Estou fazendo uma comparação das históricas contestações dessa indicação comparando com esse que será o relator da Lava Jato. Então vamos devagar com o andor, que os santos que já passaram, muitos são de barro. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu agradeço ao meu colega, Ver. João Carlos Nedel, que me cede este espaço e quero aproveitar e seguir na questão da segurança. Quando eu estive nesta Casa, em 2000, havia na Prefeitura, a Comissão de Segurança e Direitos Humanos. Eu fui – se não me engano, naquela oportunidade – o único vereador que votei contra, porque entendia que direitos humanos são direitos humanos, e segurança é segurança. Não dá para misturar as coisas.

Ontem, no final deu para entender a ideia que algumas pessoas tinham de direcionar para criticar a nossa Brigada Militar, mas nós não deixamos e não vamos permitir. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Nós temos que entender que todas as pessoas que vêm ao Brasil têm toda a liberdade, como estão tendo, de trabalhar. Mas nós estamos atravessando, Ver. Tarciso, uma crise econômica, social, de criminalidade, que atinge, não só aqueles que vêm ao nosso País, os imigrantes, mas também à nossa população, todos estão englobados na mesma situação. Agora, nem por isso nós vamos dar privilégios a esses que chegam agora, ou outros que chegam depois. Não. Temos que tratar todo mundo na mesma circunstância. Nesse aspecto, nós entendemos que temos que regravar algumas coisas na nossa Cidade. O centro está abandonado; falta segurança, falta controle da SMIC para que possa saber quem é quem, quem legalizar e quem tirar do centro, que vende produtos irregulares. E eu sou a favor, sim, de legalizar as pessoas, para que elas possam trabalhar; se não dá no centro, dá na Assis Brasil, na Azenha, dá no seu bairro. Tem que legalizar e dar uma oportunidade para trabalhar, mas tudo com regramento.

Portanto, ontem protocolei na CEDECONDH a possibilidade de se fazer um convite ao atual Secretário de Segurança do Município, para que ele venha – eu falo convidado, porque nós não temos a capacidade de estar obrigando as pessoas, quem não quer vir não vem, e não adianta nada, mas eu tenho certeza que ele virá numa hora oportuna – conversar, para que ele venha nos fornecer e nos dar uma ideia da sua estratégia para o futuro da Capital. A Guarda Municipal de 484 componentes, 84 viaturas, acho que é pouco, quem sabe nós avançarmos nessa ideia e naturalmente nós poderemos dar uma substância maior e apoio desta Casa à segurança pública municipal, com parcerias, com convênio com a Brigada Militar. Na ultima vez que fiquei sabendo, eram 96 escolas municipais. Se a Guarda Municipal começar por aí e fizer uma triagem na frente dessas escolas, lá começa o tráfico de drogas, infelizmente temos que dizer, é na frente das escolas, fazer uma triagem e essa parceria com a Brigada, se ela fizer esse primeiro caminho de uma triagem, onde está, sem dúvida, o desvio dos nossos adolescentes, das nossas crianças. Eu vi, ninguém me contou, moro no bairro Teresópolis, vi em frente à Escola Venezuela, na Medianeira, crianças sendo induzidas ao tráfico de drogas, ao *crack*, aquele cachimbo que cresce, aquela chama grande, três ou quatro crianças se direcionando aquele cachimbo, aquela chama, que me impressionou negativamente. Ver. Tarciso, V. Exa. falou muito bem da questão do esporte, a questão das crianças, da educação, tudo isso temos que realmente prestigiar. Nesse aspecto entendo que nós podemos ajudar muito, isso não inviabiliza, Comandante Nádia, a sua Frente, ao contrário, queremos ajudar. Tudo o que nós buscarmos com o objetivo de termos mais segurança na Cidade é bem-vindo para a nossa cidade, para os cidadãos. É nesse sentido que vamos trabalhar. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas da Câmara, funcionários, público que nos assiste pelas galerias e pela TVCâmara, queria fazer uma saudação especial a todos, comentando que eu, particularmente que trato aqui de política pública, especificamente - não escondo de ninguém -, dos animais, costumeiramente fui questionando muitas vezes se tratava das coisas das pessoas aqui,

até muitas vezes para justificar a minha luta pelos animais. Eu sempre disse que nunca me neguei, pode pegar nos Anais, a votar nada que beneficiasse a população, seja uma praça, seja reajuste salarial de um servidor professor, seja uma indicação, um pedido de providência num posto de saúde, porque, efetivamente, eu acredito que os Vereadores deveriam ter uma pauta a aprofundar, mas, ao mesmo tempo, tivessem a sensibilidade e a coerência importante para poderem votar os projetos de um modo geral. Eu fico muito feliz de estar vivendo esse momento em que a gente está absolutamente independente para votar com coerência e liberdade naquilo que interessa para a Cidade, inclusive, foi formado esse bloco apresentado na segunda-feira.

Mas eu venho hoje falar de um caso, Ver. Prof. Alex Fraga, que pode parecer uma história de terror, pode parecer uma história inventada ou algo que não seja deste mundo. Eu falei com a minha colega de universidade que está ali sobre o que é a pauta da causa animal, que não é um caso em que meramente a política pública é falha. Agora vai ser política pública, pois se encaminhou com a polícia e com o Ministério Público – o advogado André aqui presente vai fazer esse processo para mim. Eu peguei um caso, na quarta-feira passada, por meio de uma denúncia de uma própria policial, Oliboni. A polícia tem me ligado muito nos casos de animais porque não tem para onde ligar, por exemplo, em caso de rinha, em caso de animais em estado de maus tratos, de abandono, de atropelamento ou, mesmo quando tem homicídio, a polícia me liga para resgatar esses animais porque acabam não tendo destino, pois prendem o traficante, o homicida e muitas vezes o animal desse indivíduo não tem destino. Mas esse caso me chamou a atenção, além do normal, pelo seguinte, a policial me chamou dizendo: “Maroni, tem um caso de um animal em frente ao Hospital São Pedro.” Eu fui até o local falar com o síndico do prédio e com os moradores. O indivíduo chamado Iuri matou o animal, deixando-o com fome por três semanas. Está gravado, está nas redes sociais – acabei de colocar. Ele inclusive assume o crime pela internet dizendo para essa policial, quando questionado, que ele ficou mal, por isso não foi para casa, deixando o animal morrer de fome. A cena que vi, quando eu cheguei – eu não tive acesso ao prédio, o síndico não estava, queria liberar no outro dia –, foi através da vizinha de trás, e foi mais forte do que eu imaginei. Além de o bicho estar encostado na porta, ter morrido de fome sem ter para quem pedir, trancado naquele pátio, tinha um vibrador nesse animal, o que parece cômico, mas é real. Uma cena fortíssima, das piores que eu já vi na minha vida. Eu às vezes penso se vale a pena eu estar nessa

causa no aspecto de o quanto isso me magoa e me destrói por dentro. Quando eu acho que já vi maldades de todos os tipos, como o caso do cão enterrado de Cidreira, os casos de zoofilia, o caso lá no Morro da Cruz, que eu fui no domingo à noite, um animal numa construção em estágio final de cinomose, sempre tem algo pior. Esse caso, na minha opinião, foi o pior de todos. Depois, vendo as fotos do animal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...doado com termo de adoção há cerca de um ano, um bichinho que foi doado com fitinha, como está nas fotos, cuidado, castrado, doado em condições para essa pessoa, e o indivíduo, na verdade, matou, porque foi consciente, além de tudo, com um vibrador, o que parece um absurdo, mas é real, como está no vídeo.

Estou encaminhado para o Ministério Público um pedido de prisão, porque, para mim, não tem justificativa. Para vocês terem ideia, o crime contra animais que teve a maior pena foi o do Theo, aquele cão da raça york que foi morto na Rua Santana, mas seguramente essa barbárie foi pior ainda. Não estou querendo julgar o que é pior, porque sempre é dor, mas, no mínimo, foi igual à barbárie do Theo. Esse indivíduo tem que pagar na Justiça, pagar na cadeia.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde senhoras e senhores, Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Eu venho a esta tribuna, usando o período de Comunicações, para levantar alguns receios que tive, hoje pela manhã, quando acordei e li os veículos de comunicação desta Cidade. Percebi algumas notícias tristes, uma delas é a possibilidade aventada pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior de conceder a gestão do nosso Mercado Público à iniciativa privada. Justamente, preocupa-me esse fato por termos algo que pode servir de exemplo de mau uso das estruturas públicas na mão da iniciativa privada, que é o nosso camelódromo, aliás, nosso não, o camelódromo foi construído no Município de Porto Alegre para abrigar boa parte dos comerciantes que se

espalhavam pelas nossas ruas, pelas nossas calçadas, teoricamente, a um preço justo, modesto, para que eles pudessem trabalhar com dignidade. A administração do camelódromo foi colocada na mão de uma empresa chamada Verdi, que transformou aquilo num *shopping center* no Centro de Porto Alegre, elevando, de forma absurda, o valor do aluguel, impossibilitando para os comerciantes ao qual esse estabelecimento se destinaria, os comerciantes de rua, os camelôs, tornando inviável a sua atividade, sendo que muitos daqueles que, inicialmente, começaram os seus trabalhos, não estão mais lá. Muitos deles tiveram que voltar às ruas porque não conseguiram arcar com as despesas que o camelódromo lhes lançou sobre os ombros. Fico extremamente preocupado, por quê? Porque no piso superior do camelódromo existe um estacionamento que foi construído com o objetivo de diminuir o aluguel desses lojistas. Exclusivamente para diminuir os custos para essa população, para esses trabalhadores. A administradora, a Verdi, não repassa esse valor, não usa nenhum centavo do estacionamento para abater o aluguel desses profissionais. Eles têm que arcar única e exclusivamente com o seu trabalho para pagar o aluguel extremamente caro e ruim. A empresa também propõe autoritariamente alguns projetos de mídia – confecção de cartazes, painéis luminosos – sem consulta aos lojistas e cobra deles o preço, ou seja, não há transparência alguma sequer no processo de *marketing* e publicidade que ela determina sem consulta aos lojistas.

O Sr. Professor Wambert: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, apenas para corroborar, a aplicação do princípio da subsidiariedade, deveria ter sido aplicado nesse caso do camelódromo, e o estacionamento serve justamente para subsidiar o custo do aluguel, então a gente já vê que tem um desvio. E eu queria compartilhar minha experiência de quatro anos atrás, quando fui candidato a Prefeito de Porto Alegre e fui expulso do camelódromo, Ver. Valter, pelo segurança – aliás, não fui porque me recusei –, um momento de grande tensão em que a minha assessora de imprensa foi impedida de fotografar dentro do camelódromo e o segurança do local queria recolher os nossos equipamentos. Por sorte eu não estava sozinho. Nós tivemos ali um momento de tensão, de quase violência física ao tentarem me expulsar do camelódromo, que, definitivamente, é uma excrescência no centro de Porto Alegre e não é um espaço

público; é um espaço totalmente privatizado que não mais atende o interesse do bem comum. Apenas para corroborar com sua fala.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Muito obrigado pela participação, Ver. Professor Wambert. Essa é a triste realidade da nossa Cidade. O esquema montado pelo camelódromo, tenho temor de que se repita no Mercado Público do nosso Município, e isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Nós não aceitaremos que o que aconteceu com o camelódromo e se repita com o Mercado Público de Porto Alegre. Não nos calaremos.

Uma outra matéria que nos traz extrema preocupação é justamente a proposta do Prefeito de fazer uma consulta popular a respeito das isenções. Eu acredito que o primeiro passo a ser dado não seria uma consulta popular para ver se o idoso deve manter a sua isenção, assim como o deficiente físico, as pessoas doentes, ou se a meia passagem pode ser oferecida aos nossos estudantes e professores – esse não é o primeiro passo. O que deveria ser feito inicialmente é justamente um pente fino nas isenções e combater os descaminhos, as irregularidades, a venda de cartões Tri fraudados; então, uma boa tarde! (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Presidente Valter Nagelstein, eu observava ontem algumas ações dos novos Prefeitos, e me chamou muito a atenção as ações que tem sido desenvolvidas por um Prefeito que não é do meu partido, mas que, sem dúvida nenhuma, tenho que saudar. São as ações desenvolvidas na capital paulista pelo Prefeito Doria. A questão de utilizar o tempo ocioso dos hospitais privados, pagando-os com o valor pago pelo SUS, e conseguir, no período de 40 dias, realizar 100 mil exames de uma demanda reprimida de mais de dois anos tem que ser saudado. E aqui faço esse paralelo com a nossa situação municipal. Eu acho que é chegado o momento - isso já foi projeto do Ver. Dr. Raul nesta Casa, quando aqui estive, - de nós voltarmos, principalmente nas especialidades, Ver. Oliboni, já que existe uma demanda reprimida importante, a fazer os mutirões inicialmente para consultas especializadas, depois, seguramente para exames e para cirurgias.

Nunca é demais lembrar, Ver. Matheus, que nós temos aqui, em Porto Alegre, um hospital que foi citado aqui pelo Ver. Dr. Goulart, na sua fala que me antecedeu, que tem possibilidade de 400 leitos e que tem um tomógrafo praticamente zero, Ver. Oliboni, completamente parado. Esse tomógrafo é oriundo de demandas daquela comunidade. Ele veio e foi comprado a partir de emendas parlamentares de deputados federais, portanto é dinheiro público parado no Hospital Parque Belém – isso nós precisamos retomar. A lista de demanda reprimida de tomografia computadorizada no Município de Porto Alegre é de mais de dois anos – mais de dois anos! – e nós temos um tomógrafo parado.

Então, essas ações que foram realizadas lá, chamadas de “corujão da saúde” – e que realmente conseguiram reduzir e acabar com a demanda reprimida dos exames especializados, em praticamente 40 dias –, podem ser executadas em grandes capitais, e podem ser executadas em Porto Alegre. Os hospitais privados, por conta da necessidade de comprovarem filantropia, têm necessidades de realização desses exames e têm tempos ociosos e importantes nos seus serviços de radiologia à noite! Então, há possibilidade de Porto Alegre poder fazer isso!

Então, eu já trago aqui esse exemplo, tentando mostrar e passar aqui, Ver. Guilherme, o paralelo para Porto Alegre e a necessidade que realmente temos de poder executar isso.

Para finalizar a questão do Hospital Parque Belém, o Ver. Dr. Goulart disse aqui, com toda a propriedade: é importante que nós, todos os Vereadores desta Casa, conheçamos, entendamos e possamos ir lá e verificar *in loco* o Hospital Parque Belém. Eu sei que já houve algumas iniciativas, o Ver. Carús já está planejando isso no âmbito da Comissão de Saúde e Meio Ambiente porque é importante que nós tenhamos essa ideia clara, do espaço ocioso que se tem lá. Bom, se a gestão não é correta, que a afastem, e que se possa trabalhar, compor com aquela gestão... não sei. O que não pode é a sociedade de Porto Alegre e a sociedade rio-grandense ficarem sem 400 leitos, isso é criminoso, isso faz com que nós transformemos doenças curáveis em incuráveis, e isso precisa ser modificado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, vou utilizar uma tecnologia para fazer uma citação do teólogo e psicólogo Sérgio Oliveira sobre a questão que assola o País inteiro, a questão da violência, da bandidagem, o descontrole total e absoluto em que nós estamos vivendo. Diz Sérgio Oliveira, teólogo e psicólogo: “Na greve da PM do Espírito Santo, cidadãos comuns são vistos realizando saques em lojas e supermercados. A ausência da polícia revela uma realidade assustadora: o caos ético e moral em que se encontra o nosso País. Quando a polícia se torna regra de conduta das pessoas, o instrumento de controle que as impede de cometer crimes, percebe-se a falta de consciência ética e moral. Retirada a polícia, vem à tona o desejo latente de um povo corrupto. Idiotice pensar que só os políticos são desonestos. Tendo oportunidade, muitos se tornam criminosos”. A conclusão é a seguinte: se precisamos de polícia para sermos honestos, somos uma cidade de bandidos soltos. Repito, palavras de Sérgio Oliveira, teólogo e psicólogo. Por que leio isso? Para mostrar como nós estamos numa sociedade complexa. Já disse Umberto Eco que o Facebook se tornou a plataforma dos imbecis. Como todo o respeito àqueles que escrevem e escrevem coisas boas, que tentam convencer a sua rede de amigos, mas também estamos construindo uma rede de ódio, onde não há diálogo, onde não há solidariedade, como o Malucos do Bem tenta e faz.

Nós estamos vendo que temos crimes na Internet a cada dia em escala maior. Ver.^a Nádia, o nosso chefe de polícia, Delegado Emerson Wendt, escreveu um livro sobre crimes da Internet, o qual acabo de ler e estou fazendo uma resenha que pretendo publicar. Nós estamos vendo uma sociedade se esboroando. Nós estamos vivendo numa sociedade em que o cidadão comum, por não ter polícia, se alguém quebra uma loja, o sujeito vai lá, passa e rouba como se fosse bandido. Na verdade, é bandido também. Não é uma questão de que estavam os famintos do Espírito Santo. Não é isso que nós vimos! Nós vimos vandalismo de A a Z. Por isso que eu li essas palavras que não são minhas, são de um psicólogo, são de um teólogo. Eu não o conhecia, mas a sua citação me fez vir aqui para discutir que sociedade nós estamos construindo! Onde está o processo de educação deste País? Nós, que tivemos, Ver.^a Sofia Cavedon, grandes educadores, lá atrás, na década de 1930, nós já tínhamos pensadores da educação brasileira que nos colocavam questões importantes. Nós tivemos pessoas que debateram essa questão na sociedade brasileira, e parece que há um regresso.

Hoje nós vimos também, caríssima Comandante Nádia, policiais militares sendo presos de manhã cedo. Um deles, me parece, continua preso, vinculado ao narcotráfico e com um armamento que não condiz com a gloriosa Brigada Militar, que as senhoras sabem melhor do que eu a importância que tem a Brigada Militar, instituição secular! A senhora fez uma postagem da questão educacional colocada pelo Prof.^o Gay da Fonseca. E, vejam, eu podia falar do Paulo Freire, mas eu citei o Gay da Fonseca, que, ideologicamente, talvez tenham tido profundas diferenças. No entanto, tinham o intuito do processo educativo no País.

Então, colegas, cidadãos e cidadãs em Porto Alegre que nos ouvem, que nos veem aqui na TVCâmara, levanto essas questões, porque nós estamos vendo uma violência brutal. Quantas mortes, em um mês, na Região Metropolitana? Duzentas mortes! Em torno de seis mortes por dia! Pessoas degoladas, decapitadas, mortas. Olhem o que aconteceu recentemente nos presídios, coisa de arrepiar.

Então, nós temos que pensar em um novo processo civilizatório, porque essa sociedade líquida que estamos vivendo está nos levando a um turbilhão sem volta. Tentemos voltar, é hora de se civilizar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu deixarei os nossos temas importantíssimos locais, Ver. Oliboni e Adeli, para tratarmos nas Comunicações, como V. Exas. já estão tratando, com muita competência, para poder afirmar aqui, deixar o nosso protesto, a nossa indignação, dando coro e voz a tantos jornalistas e cidadãos do Brasil que estão espantados com o início de 2017 com as medidas do Governo Temer que afrontam a República, afrontam os princípios éticos e morais, que desafiam a sociedade brasileira, que, bem ou mal-intencionada, anseia que este País supere este momento da corrupção, este momento de questionamento democrático, de estado de exceção que nós estamos vivendo. Porque há os que promoveram, bateram panelas e que ainda não foram para rua para protestar o novo Governo pelos seus atos, que são atos que debocham da cara da cidadania, que, sinceramente, Ver. Alex, foi para a rua pedir mudanças. Ora, o Presidente

Temer não só cria, por decreto, uma Secretaria com categoria de Ministério como também nomeia para ele um Secretário que passa a ter foro privilegiado, citado mais de vinte vezes na Lava Jato. O que nos espanta não é apenas a falta de respeito do Presidente Temer – ele mesmo é ilegítimo, não tem os votos para estar na Presidência, quer manter ministros citados na Lava Jato, ele mesmo responde por processos nesse sentido, é ficha suja, não poderia se candidatar – mas o tratamento desigual do Judiciário, dos próprios partidos, do Congresso, da mídia, em especial, em relação à situação semelhante que ocorreu com o Presidente Lula, com o Presidenta Dilma. Quando Dilma nomeou Lula ministro, só o jornal da Globo dedicou horas – horas – de cobertura, de desgaste, de criminalização, o Delegado Moro divulgou ilegalmente grampos da Presidenta Dilma, houve uma comoção nacional, e o Presidente Lula foi impedido de ser ministro. Agora, não há problema nenhum de o Presidente Temer nomear Moreira Franco, que tem muito mais citações, são 30 citações na Lava Jato. Há questionamentos da oposição, e eu espero que, de fato, não se trate dessa maneira, com dois pesos e duas medidas a seriedade da República brasileira.

Após a morte do relator da Lava Jato, o que faz o Presidente Temer? Nomeia Alexandre Moraes, atual Ministro da Justiça, filiado ao PSDB, ex-advogado do preso Eduardo Cunha, polêmico e defensor da isenção partidária para quem vá compor o STF. Então, o Presidente Temer o nomeia para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Onde estão as panelas e as manifestações, nas ruas, do povo que quer ver essa República virar essa página? Deste povo que acreditou piamente que era necessário o *impeachment*, devido à campanha de criminalização e marginalização que se fez com um partido político. Isso virou uma panaceia, uma solução para o Brasil. Nós ainda ouvimos vozes lúcidas e indignadas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Vale a pena ler o artigo de Moisés Mendes, do dia 3 de fevereiro, que termina o seu texto, indignado, bradando: “Canalhas, canalhas, canalhas!” ou ler a coluna de hoje de Juremir Machado da Silva, do jornal Correio do Povo, que também grita: “Canalhas!” e uma série de qualificativos para medidas como essas que foram citadas aqui. Eu espero que a gente possa, como Câmara de Vereadores, repudiar esses acintes à democracia e à República brasileira e, principalmente, à criminalização de um partido político por uma política feita por um grupo social para justificar um estado de ajuste e de exceção do povo brasileiro, que, na verdade, está vendendo os direitos dos trabalhadores e as riquezas do Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, faltava-me um gancho para começar a falar dos dois ou três tópicos que eu separei aqui, mas o Ver. Adeli Sell me proporcionou falando sobre o Facebook. Hoje em dia, realmente eu concordo com o Vereador, parece que as pessoas têm necessidade de ter opinião sobre alguma coisa, e aí vão para a rede social falar verdades absurdas, como se tivessem obrigação de ter opinião sobre tudo. Nessa linha, eu gostaria de responder a alguns colegas que tocaram *en passant* no assunto da crise financeira, dos salários e também da tarifa de ônibus e fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, eu quero dizer que a Administração do Prefeito Marchezan não vai tocar só de maneira transparente no questionamento dos benefícios das passagens de ônibus. É importante deixar claro para quem nos ouve ou nos assiste que esta Administração, em primeiro lugar, puxou o controle da bilhetagem eletrônica para a Prefeitura para tirar das mãos da ATP – é uma maneira de fazer com que haja transparência na bilhetagem eletrônica. Só vamos ver o resultado disso, Ver. Prof. Alex Fraga, na realidade, daqui a um ano. Acompanhando este ano, vendo os índices de gratuidade, de segunda passagem, controlando a bilhetagem eletrônica. Quando for feito – e isso é um compromisso do Prefeito – não vai ser só a gratuidade que vai ser questionada ao idoso, que tem, no caso de Porto Alegre, de 60 a 64 anos, em Porto Alegre existe essa gratuidade porque a lei federal prevê acima de 65 anos. Não é só isso. Vai ser externado pela nova administração para que o cidadão saiba não só da gratuidade, mas saiba dos custos de tudo que compõe a tarifa. O cidadão vai poder, naquele momento em que tiver o portal – e a equipe do Prefeito está trabalhando nisso –, saber quantos centavos custa a segunda passagem, que sabemos que é usada por apenas 13% dos usuários do transporte público, quais são esses usuários, que custo tem isso. Porque não tem almoço grátis nem jantar grátis. Os que pagam, pagam por aqueles que têm a gratuidade. Então, só para esclarecer, a administração não fará essa forma pública de consulta ao cidadão apenas à gratuidade, constará lá, sim, quanto que a empresa recebe por esse serviço prestado de transporte

público, porque a empresa recebe um percentual para prestar esse serviço. Tudo estará à disposição. É uma questão de transparência absoluta. Não é só a questão da gratuidade, todos os itens que compõem a tarifa de ônibus estarão disponíveis para que o cidadão possa, enfim, naquele breve momento, salvo as proporções, passar o que o Prefeito passa quando recebe a planilha.

E sobre a crise financeira, gostaria de dizer que a gente tem recebido muito, nos nossos gabinetes, em todos, relatos do caos na capina da Cidade, nas ruas, nas coletas de lixo. E um outro Vereador falou sobre o dia de hoje em que os garis pararam o recolhimento. Gente, e aí eu falo para o cidadão entender, a gente sabe do problema, mas vamos ser sinceros em proporção e falar para o servidor público municipal: não é uma novidade o caos financeiro. Conseguiu-se pagar a folha de pagamento e tem-se conseguido, porque se suspendeu o pagamento dos prestadores de serviço. Então tudo tem um custo, e nós estamos todos os dias vendo esse custo. Não existe, realmente, nada de graça.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu convido o Ver. Cláudio Janta para assumir a presidência por alguns minutos, porque eu vou à tribuna, não sem antes referir a presença do Ver. Gilnei Stracione Ventura, muito bem-vindo; do 1º Suplente Clóvis José da Silva, do Ver. Jair Ribeiro e do Sr. Petrônio José Weber, Secretário-Geral, todos do Partido Solidariedade de São Jerônimo, nossa região carbonífera. Sejam muito bem-vindos aqui, companheiros do nosso Secretário, Ver. Cláudio Janta, a quem eu convido para assumir a presidência por alguns instantes.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O nosso Diretor Legislativo teve uma alegria, porque o Luiz Afonso é lá de São Jerônimo.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Senhores, eu peço esta tribuna por alguns instantes para repor a verdade e relatar os fatos como eles devem ser, principalmente, Vereador Alex, a partir da sua fala com relação ao Shopping popular ou ao Pop Center. Eu queria dirigir-

me, muito especialmente, ao meu querido e dileto colega, Ver. Professor Wambert, que passou por um problema no Pop Center ou no Camelódromo, e ele vai entender por que passou por esse problema. Quando eu assumi a Secretaria de Indústria e Comércio, sucedi ao Ver. Idenir Cecchim, que, por sua vez, sucedeu ao Coronel Léo Antônio Bulling, que era Secretário Adjunto da SMIC e que havia assumido. O grande mérito do Cecchim foi ter conseguido fazer o arranjo da parceria público privada que viabilizou o camelódromo em Porto Alegre, que era um problema histórico. Aquelas pessoas estavam ali, na pedra, na Praça XV, pagavam um aluguel para ter aquele pedaço de chão, viviam sob o controle de certas gangues que dominavam aquilo. O camelódromo, não tenho dúvida nenhuma, foi um avanço histórico na nossa Cidade; e óbvio, na lógica de que é uma parceria público privada, que o investidor foi lá e aplicou vinte e cinco milhões de reais e - está no contrato, era essa a licitação - poderá explorar comercialmente aquele espaço por um período de tempo, que é o período da concessão, de 25 anos. Ocorre que o PSOL e a Vereadora Sofia Cavedon que aqui está, por questões políticas e ideológicas, começaram a incentivar um movimento lá dentro do camelódromo. Diziam, entre outras coisas, que era injusta, que aquilo - a mesma coisa que repetiu aqui o Vereador - era para a exploração de um capitalista, que estava lá sacrificando os pobres, os antigos camelôs, que pagavam um aluguel escorchantes, e que eles não tinham mais que pagar aluguel, que tinham de se rebelar, e que, em eles se rebelando, o Município encamparia o camelódromo, pagaria ao privado, ao empreendedor a indenização de vinte e cinco milhões que eles tinham investido. Aí o Município teria de arcar com a administração e com as despesas. É óbvio que isso contrasta com o modelo do qual estamos falando atualmente. O Poder Público não tem mais capacidade para isso. E o senhor mesmo fala do princípio da subsidiaridade, que é o privado fazer aquilo que o Poder Público não pode. Não é uma aplicação, nesse caso, de um estacionamento, Professor Wambert. O estacionamento foi uma decisão judicial *a posteriori*, que determinou, por força de uma série de percalços e de um custo maior da obra, que fossem também estendidas as rendas do estacionamento para indenizar. Isso foi uma questão judicial. O construtor daquela obra... estendendo, por que não estendeu mais o tempo da concessão, e sim o valor do retorno que ele teria a cada ano. Então, nesse cálculo, é que a justiça, a partir de uma discussão com a PGM, entendeu que o estacionamento deveria entrar. Mas qual foi a situação que encontrei? A partir de uma estimulação política do PT e do PSOL, nasceu lá dentro um movimento de

inadimplência, e quando assumi a SMIC, encontrei com 74,8% de inadimplência no camelódromo. Levei o assunto ao Prefeito José Fortunati, e levei também um regimento interno, o estatuto do camelódromo, que previa que o Município deveria notificar os inadimplentes, e no caso da persistência da inadimplência, promover o despejo daquelas pessoas. Nós identificamos 14 lideranças, entre essas o Juliano Fripp, que até hoje é ligado ao PSOL, que era o principal. Descobrimos, entre outras coisas, que o administrador do *shopping* fazia *flyers* e propagandas, e dava as caixas para eles, e descobrimos numa sala essas caixas cheias de pegadas de pés, pois eles as usavam como palanque, estimulados por vocês, Ver. Prof. Alex, para fazer manifestações políticas lá dentro. Um dia a Ver.^a Sofia Cavedon foi lá dentro e deu um tumulto, foi todo quebrado o camelódromo, provocou uma revolta inclusive nos próprios comerciantes porque perderam vários dias de faturamento por força dessa agitação política. Quando eu promovi o despejo daqueles agitadores e o cumprimento da lei, daquilo que estava contratado, trouxemos, em três meses, a inadimplência de 75% para 3%. E demonstrando como se faz. E não é com demagogia, Ver. Prof. Alex. O senhor está dizendo que o aluguel é escorchante? O aluguel é de R\$ 800,00 mais a taxa condominial. Eles pagavam isso para estar na rua, no sol, no inverno, no verão, na chuva, pagando para uma gangue. Então quando a gente fala essas questões, é preciso ter conhecimento. No princípio da subsidiariedade é dar ao privado a exploração deste espaço para que ele possa fazer coisas que o público não consegue fazer, e está sendo reconhecido internacionalmente hoje a promoção desses trabalhadores, que foram elevados à condição... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...de camelôs que estavam na rua a pequenos empreendedores. Busquei o Sebrae, fizemos cursos de qualificação, cursos gratuitos para essas pessoas, de dizer como gerencia um fluxo de caixa, como organiza uma vitrine, e enfrentamos esse problema. Então, de novo vem essa cantilena do PSOL, essa história que não é verdadeira. Há anos eles levantam essa bandeira e querem quebrar um projeto belíssimo que está funcionando em Porto Alegre e que hoje é reconhecido até internacionalmente.

O Sr. Professor Wambert: V. Exa. permite um aparte?

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Com muita honra, lhe dou o aparte.

O Sr. Professor Wambert: Ver. Valter, a Sessão de segunda-feira foi de uma riqueza para mim, porque demonstrou que este Parlamento está aberto ao diálogo, e o diálogo é ouvir o outro com sinceridade. Nosso Presidente agora, que está presidindo a Sessão, o Ver. Cláudio Janta, na Sessão de segunda-feira, me iluminou, me trouxe novos conceitos e, inclusive, uma visão diferente do que eu estava vendo sobre a lei, que foi aprovada, sobre regulação dos estacionamentos, e eu quero fazer esse registro agora, porque o Parlamento é o lugar do diálogo. Eu quero agradecer a V. Exa., por ter feito esse resgate histórico. Tanto eu como muitos Vereadores, nós, que estamos aqui em primeiro mandato, que não conhecemos tanto a Cidade como o senhor conhece, o senhor foi Secretário do Município, é muito importante esse resgate histórico que o senhor está nos fazendo. Claro que não tem vínculo com a minha experiência negativa lá no camelódromo, mas muito influenciará a minha postura e a minha atitude perante o tema. Então, é o meu aparte de agradecimento. Muito obrigado, Vereador.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Obrigado, Vereador. Só para concluir, uma frase. Eu lamento por esta experiência que o senhor passou e por isso que eu me dirigi a V. Exa., porque ela teve uma só razão: estes tumultos que foram gerados anteriormente a sua visita lá. Aí teve que se partir para uma decisão de proibir presença e exploração políticas lá dentro, mesmo daquelas pessoas que têm uma visão como a nossa, que desejam a parceria público-privada para a promoção de pessoas que estão excluídas do processo social. Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Valter. Eu disse que falaria nas Comunicações, e o assunto é do tema da Cidade, porque a nossa Cidade está numa transição, e nós precisamos e compreendemos a transição. É um novo Governo, há a aglutinação de

Secretarias. No entanto, não há o que justifique um órgão como o DMAE não atender a pedidos da população. Esta é a água que está saindo nas torneiras dos bairros Lomba do Pinheiro, Santo Antônio, Jardim Botânico, desta cor. (Mostra garrafa.) Mais grave do que isso, é que nós já vivemos esse tema da água desse jeito, nós já problematizamos, houve muita resistência de compreensão e do afastamento da empresa, Ver. Oliboni. Com essa água, os filtros, as condições dos equipamentos, banho, água para beber, não tem como gerenciar. Mais grave do que essa ausência de resposta para uma água como essa é a dificuldade do DMAE. Uma das situações que eu recebi, por exemplo, lá na Lomba do Sabão, na Rua da Hidráulica: 36 interrupções no fornecimento de água desde o Natal – 36 em um mês e um pouquinho! Falta às 18h e retoma por volta das 3h da manhã, fica a água suja por 24 horas, isso atinge em torno de 4 mil famílias. A barragem que existia para fornecimento e captação da água – hoje vem da Zona Sul – está desativada, aí estragam os eletrodomésticos por causa da terra que se acumula, como os chuveiros, as máquinas de lavar, etc. O Júlio César, que é uma das lideranças que nos procurou, disse que liga, liga e liga para o DMAE, e não tem jeito de conseguir atendimento. Nós precisamos – eu sei que aqui o Ver. Moisés tem nos esclarecido bravamente, e o Ver. Janta –, como a queixa é de vários bairros, e há uma transição, uma mudança de diretores no DMAE, que o DMAE se manifeste para esta Casa. A pedido do Ver. Moisés, não vamos votar Requerimento, mas, quem sabe, a gente possa ter um retorno dos Líderes, dos representantes aqui do Governo sobre o tema DMAE: o que está acontecendo, que água é essa, que medidas estão sendo tomadas? Nós estamos formalizando esse pedido lá pelo gabinete e estamos solicitando uma reunião com o Diretor do DMAE para conversar sobre outros temas, sobre um programa que estava em andamento, muito importante, um programa já contratado, cujo nome era Consumo Responsável. Nós conseguimos, com a luta da comunidade, incluir no programa a Vila Gaúcha – no final do ano, tinham ido lá fazer as verificações, as medições –, mas temos outras comunidades aguardando a chegada da água. É um programa em andamento, com financiamento, então não é possível essas questões que estão em andamento e que têm financiamento terem descontinuidade. Principalmente, esse bem que é essencial à vida não pode estar circulando assim, a não ser em uma situação emergencial. Não pode ser todos os dias; dia sim, dia enche as casas de mais de quatro mil famílias com a água dessa cor! É uma situação de alerta, de alarme! Nós precisamos da atitude do Governo Municipal.

Quero, Ver. Valter, respeitosamente, sei das posições de V. Exa. e acompanhamos de maneira muito forte o tema do camelódromo, e a nossa grande preocupação é que nós não tivéssemos ganhos exacerbados da empresa que ficou com aquela área nobre, e a dificuldade de sobrevivência dos camelôs. Aqueles pequenos camelôs, senhoras que vendiam meias, calção, paninho de prato, não sobreviveram no camelódromo. Hoje há donos das lojas, elas são alugadas. Só não enxerga quem não quer. Hoje há grupos, interceptação, mil coisas estão acontecendo dentro do camelódromo, além ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...além de haver, certamente, um desequilíbrio financeiro, lamentavelmente, por conta do estacionamento que tem em cima do camelódromo. O Ministério Público entendeu que estava fora do cálculo financeiro, que ganhou a licitação, e a Verdicon ganhou na Justiça. Então ela tem um sobrelucro com os estacionamentos lá em cima. E isso não beneficia os permissionários, os pequenos camelôs, ambulantes que estão utilizando. Acho que baixamos muito a guarda. Em nenhum momento fomos lá incitar a briga. Eu e os Vereadores de oposição temos muita tranquilidade. Se aconteceu, é porque acontece onde tem muita gente. Aliás, acontecem roubos, assaltos, crimes lá na frente, por causa da violência da nossa Cidade. Mas todo o espaço público tem que servir ao interesse público e não ao lucro e à especulação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Sofia. Acho que, se há um desvirtuamento de um contrato de uma Parceria Público-Privada, é o Poder Executivo quem tem que ser cobrado. Nós não podemos cobrar do concessionário. Se há uma sublocação, acho que os Vereadores têm que cobrar do órgão regulador, ou do órgão cedente, concedente, que é o poder público, que ele fiscalize e que então evite a sublocação, se for o caso.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. André Carús está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, utilizo hoje este período do Grande Expediente para fazer a abordagem de um tema que considero importante frente à crise econômica vivida no País, e ao mesmo tempo, a crise econômica que acaba tornando ainda mais dramática a situação do desemprego no Brasil de um modo geral, nos estados e nas metrópoles brasileiras, e Porto Alegre não foge a essa regra e a região metropolitana também é atingida pelos efeitos desastrosos dessa crise econômica que vem se arrastando ao longo dos últimos anos. E justifico, com algumas informações, dados e números, que trago aqui. Começo sobre o crescimento significativo que houve da taxa de desemprego no Brasil, de 2014 aos dias atuais; 6,8% nós tínhamos, a taxa de desemprego global, no Brasil, em 2014. Em 2015 aumentou para 8,5%. No último trimestre de 2016 chegamos a mais 12 milhões de pessoas, 11,8% em situação de desemprego, conforme dados divulgados pelo IBGE. O cenário favorável do mercado de trabalho que se arrastou ao longo do ano de 2014, agora nós percebemos que não é idêntico, e por isso a crise é uma das principais razões para que os postos de trabalho se reduzam no País. Também faço questão de divulgar uma informação que é muito importante, que também vem no escopo dos dados divulgados pelo IBGE. O indicativo é que a geração de emprego seguirá lenta durante o ano de 2017. E a perspectiva da taxa de desemprego irá depender do comportamento da população economicamente ativa. Portanto, a crise econômica dá pequenos sinais de recuperação, mas ainda não demonstra consistência suficiente para que se reduza a taxa de desemprego vigente no Brasil. Quero aqui também trazer uns dados locais que evidenciam esse problema. No ano de 2016, na Região Metropolitana de Porto Alegre, esses dados são da Fundação Estadual de Economia e Estatística, foram fechadas sessenta e duas mil vagas de emprego. A única ocupação que vem crescendo nos últimos meses, considerando as informações do ano passado de forma mais intensa, é dos trabalhadores autônomos, ou seja, daqueles que ocupam o mercado informal de trabalho, e acaba que os trabalhadores autônomos possuem uma remuneração muito inferior aos que ocupam postos do mercado formal de trabalho. Nesse contexto, também, quero trazer aqui a informação de que essa é uma tendência mundial, e a Organização Internacional do Trabalho divulga dados na mesma direção. São dados da OIT que a taxa de desemprego no campo da juventude, daqueles jovens na faixa de 18 a 24 ou de 24 a 29 anos hoje, a taxa de desemprego juvenil global atingiu 13,1%, em 2016, e deve permanecer nesse nível em 2017. Houve uma redução percentual com relação a 2015 de

2%. Ou seja, não é um problema da Região Metropolitana, nem de Porto Alegre, nem do Rio Grande do Sul ou do Brasil, é também um indicativo global que assola o mundo inteiro. Nesse contexto todo, quando assumi o mandato de Vereador pela primeira vez, na condição suplente, na Legislatura retrasada, no ano de 2010, propus aqui o Projeto de Lei Complementar nº 021, de 2010, que institui o programa municipal do primeiro emprego. Qual o objetivo da nossa proposta? Garantir que as empresas devidamente cadastradas junto à Prefeitura Municipal possam recolher a alíquota mínima do ISSQN, que é o imposto recolhido pelo Município, contratando jovens nessa faixa etária de 18 a 29 anos. Isso obviamente se enseja uma modificação na lei que regula os tributos municipais, que é a Lei Complementar nº 07, de 1973, e alterações posteriores. Como o projeto original era de 2010, nós tivemos que atualizar a sua redação, e isso ensejou por força do Regimento da Casa, a apresentação de uma emenda de plenário que já foi apregoada, inclusive, pela Mesa Diretora na Sessão Ordinária da semana passada, em que nós, a partir desse emenda de plenário e em conjunto com o líder da nossa bancada, o Ver. Idenir Cecchim, atualizamos a redação e nos baseamos não só na atualização da redação, mas também no exemplo positivo de um programa que existe na Cidade, que garante o acesso da juventude à educação superior que é o programa Unipoa que existe desde 2010. pelo programa Unipoa, a juventude pode, mediante o cadastramento em diversas instituições de ensino superior, que atuam na Capital e estão credenciadas na Prefeitura, se inscrever para vagas em diferentes cursos da educação superior e terem o direito à concessão das bolsas de estudo de 50%, ou seja, 50% sobre o valor da mensalidade. E se estimula essas faculdades, essas instituições de ensino superior que o faça mediante recolhimento da alíquota mínima do ISSQN também estabelecida em 2% hoje no âmbito municipal. Temos um benefício fiscal em vigor desde 2010 para que as pessoas, especialmente a juventude que hoje, entre homens e mulheres, dos cerca de 1,5 milhão de habitantes da Cidade, totalizam 351 mil pessoas em busca de oportunidades tanto no acesso ao ensino superior, como também no acesso ao mercado formal de trabalho. Já temos, então, um benefício fiscal estabelecido pela Lei Complementar nº 07/1973 que estimula o acesso da juventude e do cidadão de um modo geral ao ensino superior, recebendo um benefício de 50% a menos no pagamento da mensalidade. Por que não trabalharmos o mesmo benefício fiscal que estimule o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho, a partir das parcerias com essas empresas que se interessem por isso? Eu tenho certeza, Ver. Janta, que esse é

um diálogo importante que, a partir desse projeto, vamos fazer com o Governo Municipal. Porque, no momento de crise, as parcerias privadas com a área empreendedora e com a boa vontade política do poder executivo que nós vamos construir soluções para a Cidade.

O Sr. Idenir Cecchim: V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Carús, eu fico muito feliz ao vê-lo, nesse seu primeiro Grande Expediente deste mandato que, com certeza será profícuo porque V. Exa. tem inteligência e comprometimento, fazendo e tendo uma preocupação como essa, um projeto como esse, preocupado com aqueles que vão entrar no mercado de trabalho principalmente numa época como esta, quando nós estamos tentando achar alternativas. Essa sua alternativa é um grande começo, queria cumprimentá-lo por isso.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Agradeço, Ver. Cecchim, e também renovo o agradecimento pela parceria na atualização da redação desse projeto que fizemos em conjunto, quando apresentamos uma emenda de plenário que já foi, inclusive, apregoada pela Mesa. Portanto, esse é, sem dúvida alguma, um projeto de mais alta relevância, e aqui faço a exposição simplificada daquilo que ele representa. Nós temos hoje, como disse anteriormente, mais de um terço da população de Porto Alegre nessa faixa etária que pretendemos atender, se o projeto for aprovado e sancionado pelo Poder Executivo, oportunizando o ingresso no mercado de trabalho. Também recorro aqui ao exemplo do programa Unipoa, porque nós vamos ter, com isso, atendido um binômio fundamental para que o princípio da dignidade humana seja corroborado com iniciativas públicas dessa envergadura. Temos um benefício fiscal vigente no Município há sete anos, que é a garantia de acesso ao ensino superior por bolsas de estudo de instituições de ensino cadastradas junto à Prefeitura. Rogamos que, a partir da aprovação e possível sanção de um projeto como esse, tenhamos diversas empresas manifestando o interesse e o entendimento de que é preciso apostar na juventude com uma ferramenta importante não só de transformação da sociedade, mas de igualdade de oportunidades frente a todos aqueles que disputam o mercado de trabalho. Oferecer oportunidades e espaços formais no mercado de trabalho para a juventude é disputá-la com a criminalidade, com a violência e com a drogadição. Sem políticas públicas nesse caminho, nós certamente teremos muitos jovens que, sem trabalho, não têm condições de custear os seus estudos e, sem

oportunidades, não veem outra alternativa que não seja o ingresso na marginalização da sociedade. Faço aqui, neste Grande Expediente – bem dito pelo Ver. Cecchim, o primeiro que utilizo nesta Legislatura –, a apresentação de um projeto que pretende a criação de um programa municipal de primeiro emprego, buscando o apoio da iniciativa privada, que é parceira fundamental nesse caminho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho a certeza de que o tema que eu vou abordar aqui esta Casa não poderia passar em branco: hoje, a Rádio Gaúcha está completando 90 anos. Eu não poderia deixar passar em branco e eu tenho certeza de que vocês também. Até aproveito a oportunidade para sugerir que façamos um tipo de moção ou um requerimento, na Ordem do Dia de amanhã, porque se trata da Rádio Gaúcha, fundada em 8 de fevereiro de 1927. Um grupo da RBS, cujo fundador foi Maurício Sirotsky Sobrinho, saudoso, tem como Presidente atual Eduardo Sirotsky Melzer, jovem, promissor, que dirige essa empresa com o olhar voltado para o futuro, um bom administrador.

A Rádio Gaúcha foi fundada em 8 de fevereiro de 1927, com a razão social Rádio Sociedade Gaúcha, na frequência de 680 kHz. Seus estúdios se situavam no Grande Hotel, no Centro de Porto Alegre. Na década de 1940, seus estúdios foram transferidos para o Edifício União, no Centro de Porto Alegre. Em 3 de julho de 1957, foi adquirida por Maurício Sirotsky Sobrinho e Frederico Arnaldo Ballvé, sendo o embrião do Grupo RBS. Na década de 1980, o Grupo RBS compra a Rádio Farroupilha, que passa para a frequência 680 kHz, faixa antes utilizada pela Rádio Gaúcha, e a Rádio Gaúcha passa a ocupar a frequência antes utilizada pela Rádio Farroupilha, 600 kHz, sendo esse canal exclusivo – canal livre internacional – da emissora nas regiões Sul/Sudeste e parte sul do Mercosul.

Um dos programas mais ouvidos da Rádio Gaúcha, Ver. Tarciso, é o Sala de Redação, de que V. Exa., como eu e vários aqui já participamos em várias oportunidades, programa de debates esportivos no ar desde 1970. Em 28 de maio de 2008, a Rádio Gaúcha passou a transmitir também em FM, na frequência 93.7 MHz.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, nobre colega Cássia, com quem convivi muito no futebol: eu cheguei em 1973, tu em 1976. Eu convivi com grandes figuras da Rádio Gaúcha no esporte: Lauro Quadros; Lasier, hoje Senador; o irmão, por quem eu tinha um carinho muito grande, o Lupi Martins; Paulo Sant'Ana. Hoje o programa mais ouvido é o Sala de Redação. Pegamos o Sala de Redação com Kenny Braga, Camelinho, essa turma toda. Eu quero dar parabéns à Gaúcha pelos 90 anos. A crítica faz parte, Presidente Valter, para que a gente possa crescer. Parabéns pela sua fala, Ver. Cássia, e pelos 90 anos da Gaúcha.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Ver. Tarciso.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cássia, só a título de informação, eu recebi ontem uma solicitação da Ver.^a Mônica Leal dirigida à Mesa Diretora, Ver. Valter, para que nós façamos uma homenagem à Rádio Gaúcha; então poderemos combinar conjuntamente. Amanhã apreciaremos na Mesa Diretora o tipo de homenagem, qual a solenidade para fazer essa justa homenagem a esse excelente veículo de comunicação que temos no nosso Estado. Obrigado.

O SR. CASSIÁ CARPES: Eu quero aproveitar para dizer que não se faz uma empresa da grandeza da Radio Gaúcha sem os seus funcionários. Eu quero lembrar aqui a sua programação, que é muito importante. De segunda a sexta, a Rádio Gaúcha: às 3h, Madrugada Gaúcha, com vários apresentadores; às 5h, Gaúcha Hoje, com Antonio Carlos Macedo e Jocimar Farina; às 8h, Correspondente Ipiranga/Rede Gaúcha Sat, com Artur Chagas; às 8h10min, Gaúcha Atualidade, com Daniel Scola, Rosane de Oliveira e Carolina Bahia, um programa de política que, sem dúvida, nós todos acompanhamos, e que engrandece a política brasileira, gaúcha e, principalmente, da nossa Cidade; às 10h, Timeline Gaúcha, com David Coimbra, direto dos Estados Unidos, Luciano Potter e Kelly Matos; às 11h, Chamada Geral 1ª Edição, o Macedo volta às 11h para fazer este programa, ele que é oriundo do esporte – na nossa época foi repórter de campo, hoje é um dos grandes apresentadores destes programas como Chamada Geral, 1ª Edição, 2ª Edição; às 12h Esportes ao Meio-Dia, com Sílvio Benfica; às 12h50min, Correspondente

Ipiranga/Rede Gaúcha Sat, com Artur Chagas; às 13h, Sala de Redação, com Pedro Ernesto Denardin, Cacalo Silveira Martins, Adroaldo Guerra Filho, Wianey Carlet, Zé Vitor Castiel, Gustavo Manhago, João de Almeida Neto, Kelly Matos e Duda Garbi; às 14h30min, Gaúcha Repórter, com Leandro Staudt e Milena Schoeller; às 16h30min, Chamada Geral 2ª Edição, com Daniel Scola; às 17h30min, Hoje nos Esportes, com Luciano Périco, o Lucianinho; às 18h50min, Correspondente Ipiranga/Rede Gaúcha Sat, com Fernando Zanuzo; às 20h, depois da Voz do Brasil, retoma o Correspondente Ipiranga; posteriormente, às 20h10min, o Show dos Esportes, que nós participamos seguidamente, um dos programas de maior audiência da Rádio Gaúcha, com Cléber Grabauska e Luciano Périco; às 22h04min, Estúdio Gaúcha, com Eduardo Gabardo, que também tem origem no esporte; à meia noite, Esporte e Cia, com Rafael Colling; aos sábados, às 3h, Madrugada Gaúcha, com vários apresentadores; às 5h, Gaúcha Hoje, com Andressa Xavier e Daniel Scola; às 8h, Correspondente Ipiranga/Rede Gaúcha SAT, com Arthur Chagas; às 8h10min, Supersábado, com Wianey Carlet, que faz umas brincadeiras boas, saudáveis, até com competição sobre música, cantores, com a Andressa Xavier, um programa diferente; às 11h, Chamada Geral - Edição de Sábado, com Jocimar Farina; às 12h, Esportes ao Meio-Dia, com Sérgio Boaz e, eventualmente, com Luciano Périco, o Lucianinho; às 12h50, novamente, Correspondente Ipiranga/Rede Gaúcha SAT; às 13h, Planeta Bola, com Rodrigo Oliveira ou Raphael Gomes; às 13h30, Gaúcha 2016, com André Silva; às 14h, Trocação Pura, com o Sérgio Boaz; às 14h20, Paredão do Guerrinha, com Adroaldo Guerra Filho; às 15h, Show de Bola, com José Alberto Andrade e Diori Vasconcelos; às 18h Sábado Esporte, com Filipe Gamba ou Rodrigo Oliveira; às 18h50, Correspondente Ipiranga; às 19h, Sábado Esporte, uma sequência do programa; às 20h Correspondente Ipiranga; às 20h10, Sábado Esporte, uma sequência do programa; às 21h, Sem Fronteiras ou Gaúcha no Carnaval, com Matheus Ferraz e equipe de Carnaval, à 00h Reprises Gaúcha ou Gaúcha no Carnaval, com apresentadores variados. Domingo: às 05h, Gaúcha Hoje, com Antonio Carlos Macedo; às 06h, Galpão do Nativismo, com Dorotéo Fagundes, um elo programa das tradições do nosso Rio Grande; às 09h, Destaque Econômico, com Giane Guerra; às 09h30 Domingo Esporte Show, com Luís Henrique Benfica; às 12h Esportes ao Meio-Dia, com Sílvia Benfica; às 12h50 Correspondente Ipiranga/Rede Gaúcha SAT; às 13h, Sala de Domingo, com Cléber Grabauska, Luís Henrique Benfica, José Alberto Andrade, Rafael Colling e

Diori Vasconcelos; às 14h, Pré-jornada, com Sérgio Boaz; e depois vem as jornadas esportivas que, naturalmente, são os resultados das transmissões de jogos do campeonato.

Quero lembrar também, como já lembrou o Tarciso, do Lupi, do Lasier, do Lauro Quadros, do Ruy Carlos Ostermann, Ranzolin, Paulo Sant'ana, grandes figuras do esporte gaúcho.

Eu quero aproveitar, lembrando da Rádio Gaúcha, e, em outras oportunidades, quando tiver da Guaíba, da Bandeirantes, enfim de todas essas espetaculares rádios que aqui transmitem esporte, política, social, que representam muito bem o nosso Rio Grande no centro do País. São rádios com enorme potencial, com profissionais de alto nível, Tarciso, que nós conhecemos, que começaram, muitas vezes, no futebol, foram para a política, como nós. Ou seja, o esporte é um ensinamento global, não tem parâmetros, nos dá um conhecimento do mundo, da realidade bem diferente dos outros. É uma experiência valiosa e fundamental para a nossa vida profissional.

Para concluir, quero dizer que o Governo atual começa a incrementar um novo parâmetro na Cidade, e, às vezes, até, nós, políticos, estranhamos, porque na realidade a política entende que deve participar efetivamente somente da política da administração municipal. Não. Até porque, eu aprendi que temos que ser um pouco políticos e um pouco técnicos. Quem não se aperfeiçoar, não encaminhar essa lucidez de pensamento para o futuro jamais será um bom político. E aqui, eu tenho certeza que todos são políticos de alto nível e de qualidade fundamental. Mas, às vezes, nós temos que dar razão ao atual Prefeito. Ele tem acertado na maioria dos seus atos, que às vezes são pequenos, mas são fundamentais para mudarmos a cultura da política de que todo cargo tem que ser político ou de um partido político. Não é verdade. E até nos trouxe problemas no passado. A administração anterior fez belas ações na Cidade, mas deixou a desejar em outras. É natural, tivemos vários prefeitos que tiveram boas administrações, razoáveis posicionamentos aqui ou acolá e que automaticamente deixaram a sua contribuição para a Cidade. E eu entendo que o Prefeito atual tem que fazer algumas mudanças na cultura. Vou lembrar, se nós pegarmos o Orçamento Participativo, ele virou politicagem, não se cumpriram metas do Orçamento Participativo desde o criadouro, que foi o PT, nos 16 anos, que deixou a desejar. Lá começou a derrocada do PT, quando não cumpriu o estabelecido, já que as obras da 3ª Perimetral, com o dinheiro do BID, eram a contrapartida da

Prefeitura, e ali se aproveitava para o Orçamento Participativo fazer as demandas na sociedade porto-alegrense. Isso não foi cumprido ali, e foi a derrocada do PT.

O famoso 156, ele não funciona! Até pedi ao Prefeito que o 156 fique ao seu lado, com um assessor direto para ele saber o que está acontecendo, quais as demandas da sociedade através de protocolos, atende várias secretarias, mas, na realidade, deixa a desejar no atendimento à sociedade no seu dia a dia.

A SMIC, como falamos, terá o novo diretor, passa a ser um departamento, tem que melhorar e suprir essa necessidade, terminar com essa burocracia para o desenvolvimento da Cidade e automaticamente trazer segurança ao Centro da Cidade para aqueles que querem trabalhar, legalizar quem quer trabalhar, esse é o caminho.

A FASC com denúncias nesse mandato. Com pessoas na FASC, por exemplo, o marido e a mulher, que trabalhavam em dois partidos, passaram a casa para a mãe e a mãe alugou para a FASC. Esse é um processo que está no Ministério Público! Marido e mulher trabalhavam na Prefeitura, passaram o imóvel para o nome da mãe, que alugou para a FASC. É um problema também. A SMOV se transformou em três e perdeu a sua capacidade de realização na Cidade e nas comunidades. No DEP, escândalo também na terceirização. Na Procempa, um rombo também nessas administrações. Isso não pode acontecer com uma empresa com um nível de qualidade da Procempa. A Carris, não pode ser. Tem que render, tem que ter boa gestão. Deveria ser a reguladora das passagens de Porto Alegre. Essa sempre foi a atribuição da Carris e que hoje não supre mais essa necessidade. DMLU, com problemas no Ministério Público.

Então, são essas circunstâncias que temos que mudar. Nós temos que escolher melhor as pessoas que nos representam, que representam os partidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, caro Ver. Cassiá Carpes. Antes de concluir a Sessão, se o Presidente Cássio me permite e com a licença dos Srs. Vereadores, aproveitando que estou no exercício da presidência, eu quero me somar também a essa homenagem da Radio Gaúcha. Registrando mais uma vez o que nos informou o Presidente Cassio, que a Ver.^a Mônica Leal já encaminhou um requerimento para homenagem à Rádio Gaúcha. Gostaria também de lembrar o nosso saudoso Jaime Copstein, que há pouco tempo nos deixou, que durante tanto tempo embalou as nossas

noites; do nosso ex-colega Haroldo de Souza, que é um grande locutor esportivo e, durante um tempo, foi da Rádio Gaúcha; do saudoso Flávio Alcaraz Gomes, este, sim, infelizmente falecido; do Armindo Antônio Ranzolin, Senador Lazier Martins, nosso Cláudio Brito, do Escola, do Macedo, da Rosane, da Carolina, do Pedro Ernesto, da Jocimar, do David, do Potter, da Kelly, do Benfica, do Staudt, da Milena, do Lucianinho, do Wianey, do Colling, da Andressa, do Boaz, do Guerrinha, do Ferraz, do Dorotéo, e tantos outros nomes que foram referidos aqui neste dia de hoje, que é o dia em que estamos celebrando os 90 anos dessa rádio que, juntamente com as grandes rádios aqui, compõe a história do Rio Grande do Sul. Então, me somo à manifestação do Ver. Cassiá e à proposição já feita à Mesa, de homenagens desta Câmara Municipal e deste Vereador aqui no exercício da presidência a essa importante rádio que presta esse serviço essencial à informação e ao Rio Grande do Sul.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h51min.)